

**RACISMO EM PAUTA: CONTINUIDADES DO IMAGINÁRIO PEJORATIVO SOBRE A ÁFRICA NO BRASIL****RACISM IN FOCUS: CONTINUITIES OF PEJORATIVE IMAGINARY ABOUT THE AFRICA IN BRAZIL****Ana Paula Oliveira Lima**

&lt;anapaulaoliveira2103@gmail.com&gt;

Licenciada em História

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Goiânia, Goiás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/0444965766318762>**Janira Sodré Miranda**

&lt;janirasodre@hotmail.com&gt;

Mestre em Ciências da Religião,  rea de concentra o em História dos Povos Indígenas no Brasil

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Paulo, Brasil

Professora no Instituto Federal de Educa o, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Goiânia, Goiás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7621413163309396>**Lavínia de Sousa Almeida Mendes**

&lt;lavmendes23@gmail.com&gt;

Licenciada em História

Instituto Federal de Educa o, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Goiânia, Goiás, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/0163055979538045>**RESUMO**

Visa-se com o presente artigo discutir de forma breve postagens racistas feitas na rede social *Twitter* pelo pastor e deputado federal brasileiro Marco Ant nio Feliciano em seu perfil, no ano de 2011. Como eixos norteadores das problematiza es desenvolvidas apontamos: rela o entre a História e os documentos digitais; aspectos biográficos de Feliciano (a fim de entender o seu *lócus* identitário, o lugar sociopolítico e quais grupos representa); dados e reflexões sobre o conteúdo da postagem; rela o entre a suposta maldi o bíblica da África e a continuidade desse discurso do século XIX, tipificando o racismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** África; Maldi o; Racismo; Documentos digitais.

**ABSTRACT**

This article objective to discuss briefly racists posts in Twitter by pastor and brazilian federal deputy Marco Ant nio Feliciano in the year of 2011. The reflection axes that were developed are listed: relationship between History and digitals documents; biography of Feliciano (to understand his identity locus, the sociopolitical position and what grups his represents); reflections about post content; relationship between the supposed biblical damn of Africa and the continuity of this discourse of century XIX, characterize the racism.

**KEYWORDS:** Africa; Damn; Racism; Digitals documents.

*"Algu m avisa o Feliciano que a maldi o da África foi o europeu, cristão, caucasiano".*

Emicida part. Drik Barbosa, Coruja BC1, Amiri, Rico Dalasam, Muzzike, Raphão Alaafin e Rashid <sup>1</sup>

## CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A internet e as conexões que proporciona se tornaram eixos centrais das nossas convivências e das sociedades que constituímos como um todo. A informatização e rapidez são características inegáveis das novas formas de viver a partir das últimas décadas. Aparelhos eletrônicos, redes sociais e tecnologias cada vez mais compõem nosso cotidiano e condicionam determinados tipos de sociabilidade.

Apesar de não haver consenso em relação ao surgimento da Internet, usualmente se adota, para fins de localização, o ano de 1969, que é o momento em que nos Estados Unidos da América (EUA) seria desenvolvida a rede *Advance Research Projects Agency* (Arpanet). É apenas na década de 1990 que o computador relativamente se populariza e o uso da internet se dá numa dimensão global. No entanto, ao estágio em que nos encontramos o marco fora 2004, quando surge a Web 2.0 (ARAÚJO, 2014, p. 153-154).

A História Digital é uma área de pesquisa que ainda chama pouca atenção dos historiadores. Sobre isso Almeida (2011, p. 10-11) pontua que os historiadores sofrem com resquícios positivistas da primazia do papel e, além disso, outros se desanimam diante o silêncio em relação aos aportes teórico-metodológicos desse âmbito de pesquisa. Grespan (2008) acrescenta sobre o método em História:

É preciso que ele também componha sequências de ordens possíveis na realidade, conduza a hipóteses comprováveis e as vá reformulando no decorrer do processo inteiro. Por meio dele, o sujeito organiza ativamente a sua experiência intelectual, em um constante intercâmbio entre o momento propriamente empírico e o teorizador. [...] a teoria e o método desenvolvem-se em reciprocidade (GRESPLAN, 2008, p. 295).

Ao se utilizar mais amplamente dos meios e fontes digitais, os historiadores do tempo presente poderiam desenvolver pesquisas a partir de documentos disponíveis apenas no ambiente das

---

<sup>1</sup> Transcrição feita a partir do link < <https://www.youtube.com/watch?v=OBSSGs4a0a0> > Acesso em 17 de nov. 2018.

redes. Ademais, consideremos a vantagem de preservar conteúdos que podem ser perdidos/apagados/modificados a qualquer momento (ALMEIDA, 2011, p. 16).

Vale a elucidação de que os documentos digitais tem por característica a cisão entre suporte físico e seu conteúdo:

podemos considerar que “documento digital” é aquele documento – de conteúdo tão variável quanto os registros da atividade humana possam permitir – codificado em sistema de dígitos binários, implicando na necessidade de uma máquina para intermediar o acesso às informações (ALMEIDA, 2011, p. 16-17).

Opera Almeida (2011, p. 19-20) uma diferenciação entre os documentos digitais não-primários dos primários, designando que os primeiros são, como exemplifica, teses, livros, artigos e demais variações digitalizados ou publicados já na forma digital. Por sua vez, os primários se dividem em digitalizados e digitais exclusivos. Como sugere a nomenclatura, os digitalizados são os que estão disponíveis em outros suportes e os exclusivos são encontrados apenas no meio digital.

Diante do entendimento de Almeida (2011) e admitindo seus postulados, indicamos que a fonte histórica selecionada para construir este artigo é um documento digital primário exclusivo. Justificamos tal conclusão devido ao fato de ser uma postagem pelo *Twitter*. Apesar da possibilidade de reproduzi-la em outros suportes, é um documento primeiramente veiculado e encontrado nos meios digitais.

O *Twitter* viabiliza o envio e o recebimento de mensagens de até 140 caracteres. A rede social veio a público em 2006, sendo utilizada tanto individualmente quanto por instituições como o Arquivo Público do Estado de São Paulo (ALMEIDA, 2011, p. 14-15).

Afirmamos que os inúmeros conteúdos disponíveis nos âmbitos virtuais podem ser fontes históricas selecionadas pelas historiadoras e pelos historiadores. As mídias sociais ainda não são amplamente utilizadas como indícios do passado e do presente na área da História, porém, não

podemos perder de vista que essas são vestígios de como as sociedades contemporâneas se organizam e pensam a si mesmas.

A escolha do documento partiu da busca por continuidades explícitas do discurso racista e que, direta ou indiretamente, justifica a desigualdade entre brancos e não-brancos, o modo que interpretamos a relação Brasil-África e os estereótipos sobre o próprio continente africano – “confundido com um país e os países nele contidos como cidades” (MUNANGA, 2013, p. 535, *apud* JAIME; LIMA, 2013, p. 535).

Já que o conteúdo do documento selecionado apresenta referência indireta e possivelmente não consciente ao processo de colonização e suas consequências sobre o imaginário americano para com os africanos e seus descendentes, dialogaremos com Boaventura de Sousa Santos (2007), sociólogo que conceitua pensamento abissal e pós-abissal. A partir de tal distinção, analisaremos a postagem feita por Marco Antônio Feliciano<sup>2</sup> e a classificaremos enquanto abissal ou pós-abissal, ao passo que refletiremos sobre o imaginário e as interpretações teológico-cristãs que permeiam a África e as populações negro-africanas.

### **ÁFRICA AMALDIÇOADA: A QUEM AGRADA ESSA AFIRMAÇÃO?**

O documento que nos propomos analisar se encontra disposto abaixo:

---

<sup>2</sup> O pastor e empresário Marco Antônio Feliciano (12/10/1972) é natural de Orlandia (São Paulo, Brasil). Tendo uma relativamente extensa citação em comissões – Comissão Permanente, Comissão Especial, Comissão Parlamentar de Inquérito –, não passam despercebidas, no site da Câmara dos Deputados, as informações sobre a formação acadêmica do parlamentar, que é teólogo e ainda bacharel, doutor e pós-doutor em filosofia cristã. Dentre as obras publicadas listadas, aparentemente todas se relacionam a assuntos teológicos. Para informações com maior nível de detalhamento, consultar o site da Câmara dos Deputados: <<https://www.camara.leg.br/deputados/160601>>. Acesso em 28 de jan. 2019.

Fig. 1. *Print* da postagem de Marco Feliciano na rede social *Twitter*. Disponível em < <https://ensaiosobreloucura.wordpress.com/2011/03/31/mais-um-evangelico-burro/> >. Data de acesso: 05 de Junho 2019.



Podemos encontrar facilmente esse *print* nos sites e páginas de jornais, coletivos e grupos ligados aos movimentos sociais. Transparecemos que o documento acima foi recortado, pois há outras postagens junto àquelas se referindo ao grupo LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, etc.) de forma homofóbica. No entanto, o que nos interessa aqui é a declaração da perspectiva étnico-racial. A maldição que faz referência o parlamentar é a “maldição de Cam”, relatada no livro de Gênesis 7:21.

Há que se considerar sobre o autor da postagem a sua posição como pastor de uma instituição pentecostal<sup>3</sup>, a Igreja Assembleia de Deus, e deputado federal (em exercício desde 2011)

<sup>3</sup> O fenômeno do pentecostalismo, como pondera Siepierski (1997), reúne os elementos do protestantismo, quais sejam, a cristocentricidade, o biblicismo e a união de fé e ética, com os de uma espiritualidade dita do povo, que primária pela emoção, os ritos de possessão e a participação coletiva.

eleito e reeleito pelo Partido Social Cristão (PSC)<sup>4</sup>. Em 2013 o Partido indicou Feliciano como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal (CDHM), gerando resistência por parte dos grupos compreendidos como minorias.

Percebeu-se que a indicação para o cargo de comando pouco se relacionava com formação acadêmica específica, atuação nos movimentos sociais ou, minimamente, simpatia e empatia pelas causas das minorias. A escolha de Feliciano para a presidência da CDHM possivelmente significava, além do alinhamento do partido aos jogos de poder no esquema político a fim de nele permanecer, a massiva influência da Frente Parlamentar Evangélica e a perspectiva sob a qual o grupo encara os coletivos subalternizados da sociedade brasileira.

O partido em questão apresentava ideais e posições conservadoras, se não chegam ao que chamamos de reacionárias. Feliciano, paralelo ao partido, agredia verbalmente, de forma direta ou indireta, os direitos humanos das mulheres, dos negros e dos LGBT+'s (MELO, 2016, p. 15-16). A isto somam-se propostas como a de Cura Gay, difundida e aprovada pela Comissão quando composta por Feliciano. O teor de ataque aos direitos humanos com ares de cientificidade da proposição gerou outro montante de manifestações em relação à posição reacionária sobre sexualidade<sup>5</sup> dos partidários da recomendação.

Em problematização à entrevista feita pela Folha/UOL com Feliciano, Melo (2016, p. 21-22) destaca que ao responder questões sobre suas posturas sexistas, o pastor sempre aponta o livro cristão sagrado, a Bíblia, como comprovação de que suas declarações são apenas mal interpretadas pelos movimentos sociais de esquerda. Ademais, em várias respostas o pastor volta a reafirmar os valores conservadores que acredita serem existentes nas famílias compostas por casais heterossexuais e a preocupação com aquilo que feriria essa moral.

---

<sup>4</sup> A partir de 06/11/2018, é importante que pontuemos, Feliciano adentra o partido Podemos (PODE), se constituindo enquanto vice-líder do grupo desde então.

<sup>5</sup> Conferir as imagens das manifestações no link < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1297075-proposta-sobre-cura-gay-e-aprovada-em-comissao-presidida-por-feliciano.shtml> >. Acesso em 17 de nov. 2018.

Uma discussão em torno dos usos da narrativa de Cam é capaz de indicar ao menos dois momentos em que, havendo uma apropriação do conjunto de significados de um texto historicamente localizado, se busca legitimar ações econômicas empreendidas em territórios cujas sociedades carregam a marca de colonização. No século XIX, escravistas dos EUA, defendendo suas propriedades (inclusive o escravizado) das ideias abolicionistas, constantemente recorriam ao relato bíblico a fim de justificar a escravização, sendo o entendimento da inferioridade negra e da descendência africana um respaldo também para a escravização dos povos indígenas na América, que, como descendentes de Cam, também eram considerados amaldiçoados, sobretudo pela Igreja.

Dois indícios importantes nos mostram que as polêmicas envolvendo a figura pública em questão exemplificam a relação íntima entre religião cristã (nesse caso, de denominação protestante e pentecostal) e política ou Estado no Brasil: 1) O fato de que Feliciano foi o terceiro deputado mais bem votado em São Paulo quando reeleito. Entendemos que a posição religiosa em alguma medida é utilizada como estratégia propagandística a fim de se inserir e permanecer no meio político; 2) O próprio conteúdo da postagem indica a mescla religião e política ao estabelecer justificativas bíblicas para caracterizar de forma pejorativa o continente africano.

A respeito da ascensão evangélica no Brasil, Cunha (2013, p. 63) pondera:

Historicamente, a imagem dos “evangélicos” no Brasil foi construída fundamentalmente com base na identidade de dois grupos de cristãos não católicos: os protestantes de diferentes confissões que chegaram por meio de missões dos Estados Unidos, a partir da segunda metade do século XIX, e os pentecostais, que aportaram em terras brasileiras na primeira década do século XX, vindos daquele mesmo país. Esta imagem sempre mostrou ao Brasil um segmento cristão predominantemente conservador teologicamente, marcado por um fundamentalismo bíblico [...]. Desta forma, não está fora do contexto que um pastor evangélico reproduza em seus sermões modernos e de forte apelo emocional uma abordagem teológica tão antiga como a que embasa a ideologia racista, por meio da leitura fundamentalista de textos do Gênesis que contêm a narrativa da descendência de Noé.

A postagem que estamos debatendo, feita em março de 2011, gerou processo judicial para o pastor-deputado no Supremo Tribunal Federal por discriminação, porém, não prosseguiu (CUNHA, 2013, p. 60-61). Além da instância institucional, a posição de Feliciano repercutiu em amplitude de denúncia nas mídias, nas redes sociais e na televisão, em geral observando os princípios constitucionais

de respeito à diversidade e igualdade entre todos os cidadãos enquanto um direito. Em suma, a plena dignidade da pessoa humana.

Ao considerarmos a existência do processo e as manifestações de rua e via internet contra Feliciano, pensamos que a recepção às suas posturas foi – embora aprazível para o público reacionário – de certa forma negativa para toda a Frente Parlamentar Evangélica, pois parcela importante de pessoas que desconheciam sua existência tiveram um primeiro contato com uma atuação política reducionista e discriminatória em relação à maioria da população brasileira, marcadamente negra. A maioria daqueles que já não abraçavam posicionamentos desse cunho repudiaram ainda mais tal procedimento advindo de um pastor cristão.

A suposta maldição a que a postagem se refere recairia sobre o continente africano e estaria explicitada na própria tradição bíblica. Até a modernidade a divisão territorial do mundo se resumia a Europa, Ásia e África. A tríade geográfica era associada aos três filhos de Noé (Cam, Jafé e Sem). Empregar a Bíblia como principal fonte de conhecimento do mundo se assemelha aos usos feitos do livro sagrado no período medieval, bem como os conhecimentos geográficos disponíveis àquele período (MACEDO, 2001, p. 3), o que não corresponde à forma de ordenação do conhecimento nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Os descendentes do filho de Cam (Canaã) foram amaldiçoados pelo motivo da exposição da embriaguez de Noé. Após o dilúvio cada um se dirigiria para uma parte da terra, sendo que justamente as gerações amaldiçoadas iriam para a África. Por sua vez, o oriente seria representado por Sem e a Europa por Jafé (DESTRO, 2013, p. 160).

A partir da data-marco da modernidade, 1492, essa tradição seria um problema explicativo para a Igreja Católica. Ora, de onde viriam os povos dos outros continentes? Consequentemente, se cogita que as diferentes culturas poderiam ter origens divinas distintas, ou seja, haveria possibilidade de que os até então desconhecidos não seriam filhos de Eva e Adão (DESTRO, 2013, p. 159).

Os ameríndios e os africanos se encontravam no mesmo *lócus* da problemática religiosa: se não faziam parte da unidade da espécie humana, o que eram? Os primeiros eram até então desconhecidos e os segundos frutos de maldição. Selvagens e monstros seriam as alcunhas respectivas



dos dois grupos: “Monstro e selvagem confundiam-se em um mesmo personagem inventado, expressando tudo aquilo que a civilização negava” (DESTRO, 2013, p. 169). A suposta monstruosidade dos africanos e seus comportamentos bárbaros justificaria a escravidão, pois essa seria a possibilidade de salvação (DESTRO, 2013, p. 171).

Aposta-se na hipótese de que as visões discriminatórias sobre o continente africano, como nas narrativas europeias medievais, partem de um quase completo desconhecimento (se não total ignorância) das organizações que ali se estabeleceram/estabelecem. Imprecisões. Aponta Macedo (2001) que nos testemunhos sobre a geografia do mundo: “No caso da África, encontram-se informações breves, limitadas quase sempre às explicações etimológicas” (MACEDO, 2001, p. 8). Será que a compreensão desse Outro, que por vezes nos parece distante, em algo mudou nesses tantos séculos?

## **REPRESENTAÇÕES DO CONTINENTE AFRICANO: PASSADO, PRESENTE E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO**

Inegavelmente, as representações sobre o continente africano se relacionam ao passado de tráfico negreiro, considerando que o Brasil protagonizou mais de 350 anos de escravidão predominantemente africana. Os imaginários que se construíram sobre a África e as populações negro-africanas ainda resvala mesmo no século XXI, sendo o racismo à brasileira considerado tão sofisticado a ponto de, por exemplo, conceber a miscigenação como um traço positivo da constituição do Brasil, mas indesejar o casamento inter-racial, posto que a união entre brancos e não-brancos é apenas tolerada no contexto da pretensa democracia racial.

Constatar-se-á, deste modo, que há permanências entre a relação Brasil-África (se não, América-África) que ilustram sutilmente o que identificamos como racismo estrutural e/ou sistêmico numa escala mundial.

Essas representações se tornam nítidas, por exemplo, quando retratamos a África como um mundo caótico e atrasado, permeado pelos flagelos humanos causados pela fome, pelos conflitos, pelas epidemias, pela corrupção e desorganização, ou ainda quando aceitamos a perspectiva de que as campanhas de solidariedade mundial e a

ação das ONG's simbolizam o máximo de esforço ocidental para resgatar o continente de sua "incapacidade auto-gestora" (OLIVA, 2007, p. 39).

No Brasil percebemos as permanências, entre outras formas, nas múltiplas desigualdades entre brancos e negros e no caráter pejorativo como se enxerga os últimos. A continuidade histórica, nesse sentido, se delinea na presença do racismo enquanto um dos eixos mantenedores de poder dos grupos hegemônicos sobre os não-hegemônicos.

Vale aqui reposicionar o termo racismo: as práticas e teorias as quais consideraríamos como tais no século XIX (com as teorias racialistas) eram outras se relacionadas a própria primeira metade do século XX, ainda mais posteriormente.

O racismo do XIX se caracterizaria por ser "uma ideologia essencialista que postula a divisão dos descendentes do *Homo sapiens* em grandes raças desiguais com características físicas hereditárias comuns. Esses traços hereditários seriam determinantes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas de cada raça" (SANTOS, 2005, p. 11).

As teorias racialistas se baseavam sucintamente no darwinismo, na evolução e na seleção natural. *Grosso modo*, apostavam que uma raça humana seria superior, eliminando as outras como consequência. A estas percepções denominamos de eugenia (SANTOS, 2005, p. 51). E logicamente a raça superior seria a branca.

Na primeira metade do século XX, as problematizações giraram em torno de compreender a miscigenação. A presença africana na cultura brasileira era vista com maus olhos, inicialmente. Logo, com Gilberto Freire a "mistura" é tida como uma vantagem cultural e cai no abismo do romantismo histórico. Assim se fala em "democracia racial", invisibilizando as desigualdades raciais tão fortes naquele momento (CAMINO; SILVA; *et al*, 2000, p. 20-21).

Na década de 40, mas principalmente na segunda metade do XX já se questiona a noção Freiriana. Com o fortalecimento do movimento negro brasileiro a partir da criação do MNU (Movimento Negro Unificado), dos panteras negras nos EUA (Estados Unidos da América), as independências políticas no continente africano, do pan-africanismo, do feminismo negro, entre outros eventos e

movimentos teórico-epistemológicos, as abordagens logo floresceriam, dando lugar a críticas mais ácidas ao racismo, à situação colonial e suas consequências.

Perante as discontinuidades ao longo dos séculos sobre os choques culturais no Brasil uma constatação é inevitável: o racismo se ressignificou, mas não deixou de existir. A não segregação institucional no período pós-abolição entre negros e brancos, a cultura imagética da “democracia racial” e o suposto caráter benévolo da miscigenação (termo deveras problemático), geraram consequências étnico-raciais específicas para os negros e a concepção social-coletiva sobre os mesmos.

[...] Venturi e Paulino (1995) constataram que 89% dos brasileiros reconhecia a existência de preconceito racial no Brasil. Mas apesar da consciência da existência de um preconceito generalizado, só 10% admitia ser pessoalmente preconceituosos. [...] Rodriguez (1995) denomina este fenômeno de “Racismo Cordial”, afirmando que esta atitude seria uma maneira de não ofender mais aquele que se discrimina (CAMINO; SILVA; *et al*, 2000, p. 21).

No nosso entendimento a forma coletiva-pejorativa como enxergamos o negro na cultura-política brasileira se entrelaça direta e/ou indiretamente à representação do continente africano. O que são os negros se não raízes africanas espalhadas pelo globo? O que é a África se não seus filhos, netos, bisnetos (...) diaspóricos que ressignificam a cultura em outras instâncias geográficas buscando sobrevivência em meio a culturas eurocentradas? O que é o corpo negro se não a prova viva, em pele/cabelo/corpo, de que a África vive?

Ao mesmo tempo em que se afirma como mulher preta, Beatriz Nascimento esclarece: “A democracia racial brasileira talvez exista, mas em relação ao negro inexistente” (NASCIMENTO, *apud* RATTS, 2006, p. 94). Do seu lócus intelectual e social enxerga que há uma continuidade histórica imprescindível para se compreender as desigualdades no Brasil: o racismo.

Em busca de entender a marginalização das mulheres negras no mercado de trabalho no Brasil, Beatriz Nascimento conclui que as situações a que estas são sujeitas é uma continuidade histórica do período colonial.

A representação da mulher branca era fundamentalmente distinta da mulher negra: ao passo que com a primeira se cogitava o casamento e a manutenção do que chamamos família

tradicional, a segunda era uma produtora em potencial, tanto por ser escrava quanto pela possibilidade de reproduzir mais escravos, em suma, mais lucro (NASCIMENTO, *apud* RATTS, 2006, p. 103).

A herança colonial para com as mulheres negras é visível e inegável: até os dias de hoje ainda ocupam os cargos/empregos/funções menos valorizados e remunerados. Paralelo ao trabalho, a escolarização da mulher negra até a década de 70 (década de escrita da historiadora citada) era a menor se comparada aos homens negros, as mulheres brancas e, obviamente, os homens brancos. Já que para se ocupar cargos com melhores remunerações e que não componha a prestação de serviços é necessário escolarização, as mulheres negras teriam menor probabilidade em alcançar tais patamares (NASCIMENTO, *apud* RATTS, 2006, p. 104-105).

*Grosso modo*, a forma como enxergamos o continente africano não é sinônimo da forma como enxergamos os negros no Brasil. No entanto, compreendemos que a discriminação por recorte étnico-racial e o racismo decorrem também das visões pejorativas que se tem sobre a África, imaginário que compõe direta ou indiretamente a própria prática racista. Consequentemente, uma das propostas de se estudar o Brasil e a África ao mesmo tempo é buscar discernimento e dimensões sobre os vestígios das africanidades em nós mesmos. Um olhar de *outro* para *outro*. A procura por desvendar o ser que se olha no espelho.

Em busca de transformar o imaginário desse *outro*, que são justamente os indígenas, africanos e os descendentes destes na constituição do Brasil, para que as crianças que são frutos da ancestralidade possam crescer em sociedades que não foram construídas/pensadas/arquitetadas apenas por e para brancos.

Os movimentos negros, sendo estes os coletivos, os grupos políticos, as entidades, os partidos, os guerrilheiros, os trabalhadores, as mulheres, as crianças, os jovens... Das bandeiras mundiais ao respirar de cada dia estamos e estaremos estampados nas linhas tortas e certeiras da história.

Em nome do passado que silenciou a África imiscuída no Brasil, os Movimentos Negros reivindicam além do presente, o futuro!

## COGITANDO TRANSGRESSÕES EPISTEMOLÓGICAS A PARTIR DE PERSPECTIVAS TEÓRICAS PÓS-ABISSAIS

De abismo da Terra quadrada e labirinto de monstros, o oceano Atlântico passaria a significar a estrada líquida rumo às terras ainda desconhecidas, mas desejadas ao mesmo tempo. Vale os parênteses: almejada como posse e depósito de excreções não-padrões presentes na Europa.

A modernidade – impossível de ser delineada de forma dissociada do eurocentrismo, do processo de colonialismo, da estruturação do racismo como um mecanismo político de dominação e dos antecedentes do estabelecimento do capitalismo como modelo econômico global – para Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 71) inaugura mais solidamente o pensamento abissal.

Imaginemos uma linha invisível que dividiria mundos, percepções distintas de funcionamento político-social e aspectos culturais nitidamente peculiares, senão opostos. A dita linha separaria o lado de cá e o lado de lá. Segue resumidamente o entendimento de cada um:

Fig. 2. Quadro refletindo o pensamento abissal. Construção das autoras. Data de produção: 2019.

<p style="text-align: center;"><b>Lado de cá</b> = <b>Pensamento abissal</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>Lado de lá</b> = <b>Percepção segundo o pensamento abissal</b></p>
<p>Engloba as metrópoles, ou seja, os colonizadores. O lado, em suma, europeu. Baseou-se em binômios (são as próprias características que diferenciam esse lado do outro) a fim de se colocar acima dos não europeus. Seriam os produtores de conhecimento, do direito, da ciência da filosofia, da universalidade, <i>grosso modo</i>, eram os humanos que autorizavam se o restante também poderia ser humano.</p>	<p>Aqui estariam os povos, comunidades, sociedades não-europeus, ocupantes dos continentes africano, americano e asiático. São caracterizados cada um ao seu modo, porém, todos de forma pejorativa. Selvagens, antropofágicos, primitivos, subumanos, infantis, bárbaros, pagãos, infiéis, propensos para a escravidão, etc. Este lado da linha era praticamente inexistente, já que a sua sobrevivência se correlacionava a busca pela transição aos valores europeus.</p>

O argumento de Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 76) sobre tal fragmentação “é que essa realidade é tão verdadeira hoje quanto era no período colonial”. Estabelece-se relação íntima

entre os traços que regem os variados eixos de desigualdade no passado escravocrata e nos períodos democráticos intermediados por regimes ditatoriais.

Se as situações que protagonizam o que Santos denomina como fascismo social se ressignificam ao longo do tempo e a dissociação do civilizado e não-civilizado está vigente, o imaginário dual (colonizadores e colonizados) resvala no presente, constituindo padrões sociais para cada lado da linha.

O pensamento pós-abissal, por sua vez, seria a construção do superar continuamente a lógica desigual abissal. O entendimento básico do que seria o pós-abissal é de que limitar a diversidade é fundamental para se preservar as hierarquias e é impossível que nesse tipo de sociedade outros lados não sejam silenciados (SANTOS, 2007, p. 84).

Apesar de aparentar absurdo, tendo como parâmetro os direitos humanos vigentes, as justificativas levaram as discussões filosóficas e políticas para a naturalização das relações e dos valores sustentados pela mesma.

O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Ele confronta a monocultura da ciência moderna com uma *ecologia de saberes*, na medida em que se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia (SANTOS, 2007, p. 85).

De acordo as reflexões sobre o pensamento abissal e pós-abissal, ao interpretar o *print* da postagem de Marco Feliciano concluímos que seu discurso reproduz a lógica abissal do lado de cá: os argumentos historicamente construídos pelos colonizadores a fim de afirmar a necessidade da violência colonial.

Por fim, apontamos que a escrita desse texto se dá motivada pelo documento disposto e analisado anteriormente, mas não se fada a isso: esperamos corresponder a uma escrita que proponha problematizações pós-abissais e incentive os professores-pesquisadores-intelectuais a refletirem sobre

tais preocupações, colaborando conseqüentemente para a estruturação de um modelo futuro de escola pós-abissal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fábio C. de. *O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas*. Aedos. N. 8, v. 3, 2011.

ARAÚJO, George Z. *Ler, pesquisar e escrever história em tempos de internet: desafios e possibilidades*. Tempo & Argumento. Florianópolis, v.6, n. 12, 2014.

CAMINO, Leoncio; SILVA, Patrícia da; MACHADO, Aline; PEREIRA, Cícero. *A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica*. Revista Psicologia Política. 2001.

CUNHA, Magali do N. *O lugar das mídias no processo de construção imaginário do "inimigo" no caso Marco Feliciano*. PPGCOM (ESPM, Comunicação, Mídia e Consumo). Ano 10, vol. 10, n. 29, pp. 51-74, Set./Dez. 2013.

DESTRO, Letícia C. F. *Serão todos filhos de Adão? A África Subsaariana e o Mundo Cristão*. Cadernos de Letras (UFRJ). N. 29, 2013.

GRESPLAN, Jorge. *Considerações sobre o método*. In.: PINSKY, Carla B. (Org.). Fontes históricas. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

JAIIME, Pedro; LIMA, Ari. *Da África ao Brasil, Entrevista com o Prof. Kabengele Munanga*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2013, v. 56 n. 1. Disponível em < <https://www.revistas.usp.br/ra/article/download/64518/67166/> > (Acesso em 22 de mar 2019).

MACEDO, José R. *Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval*. Signum: Revista da ABREM. UFRJ, vol. 3, pp. 101-132, 2001.

MELO, Janini K. V. de. *Estado, Política e Fé: o discurso do Deputado Federal Marco Feliciano*. Monografia, UEPB, 2016. 65 f.

NASCIMENTO, Beatriz. *A mulher negra no mercado de trabalho*. In: RATTIS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza. 2006.

\_\_\_\_\_. Por uma história do homem negro. *In*: RATTI, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza. 2006.

OLIVA, Anderson R. *Os africanos entre representações*. Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico. Tese (doutorado). Brasília-DF, 2007.

SANTOS, Boaventura de S. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Novos Estudos. CEBRAP. Novembro 2007.

SANTOS, Gislene A. dos. *A invenção do "ser negro": um percurso de ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.



*Submissão: 30 de abril de 2019*

*Avaliações concluídas: 24 de outubro de 2019*

*Aprovação: 16 de dezembro de 2019*

## COMO CITAR ESTE ARTIGO?

LIMA, Ana Paula Oliveira; MIRANDA, Janira Sodré; MENDES, Lavínia de Sousa Almeida. Racismo em pauta: continuidades do imaginário pejorativo sobre África no Brasil. *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 19, n.2, p. 1-16, e-190209, jul./dez., 2019. Disponível em: < <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive> >. Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >.